

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de **MATERIAL ESPORTIVO**, destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos contidos no Apêndice I.

1.2. Os quantitativos do objeto deste Termo de Referência estão divididos da seguinte forma:

1.2.1. **ITENS: 1 a 31 - Exclusivo** à participação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a necessidade de realização de processo licitatório visando à aquisição de materiais esportivos para atender às unidades escolares vinculadas à **Secretaria Municipal de Educação**. A aquisição se faz necessária para suprir as demandas das atividades de Educação Física nas escolas da rede pública de ensino, bem como para apoiar projetos esportivos, eventos intercolégiais e demais ações que envolvam o desenvolvimento físico, motor e social dos estudantes.

2.2. Destacam-se os seguintes pontos para justificar esta aquisição:

- Reposição de materiais danificados ou obsoletos, garantindo condições adequadas e seguras para o uso dos alunos e professores;
- Ampliação das práticas esportivas escolares, com incentivo à participação em jogos escolares, atividades extracurriculares e ações que promovam a saúde, o trabalho em equipe, a disciplina e a inclusão;
- Uniformização dos recursos disponíveis nas escolas, buscando garantir equidade no acesso aos materiais esportivos em toda a rede municipal de ensino.

2.3. A diversidade de itens a serem adquiridos, como bolas, redes, cones, colchonetes, coletes, bambolês, apitos, entre outros, exige a seleção de fornecedores por meio de processo licitatório que assegure economicidade, legalidade, impessoalidade e transparência, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas. Considerando o interesse público, o atendimento à legislação vigente e a necessidade de garantir meios adequados para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais, justifica-se a abertura do processo licitatório para aquisição dos materiais esportivos em questão.

2.4. A Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Lazer de Santa Cruz do Capibaribe/PE, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste documento, apresentar a presente Justificativa Técnica e Administrativa para a necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS.

2.5. A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a necessidade de realização de processo licitatório visando à aquisição de materiais esportivos para atender às demandas da Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer. A aquisição se faz necessária para suprir as demandas das atividades de programas como Caminhos do Esporte e das competições promovidas por esta secretaria, além de apoiar projetos esportivos. Destacam-se os seguintes pontos para justificar esta aquisição:

- Reposição de materiais danificados ou obsoletos, garantindo condições adequadas e seguras para o uso dos alunos;
- Garantia de materiais esportivos para serem utilizados nas competições promovidas e apoiadas pela secretaria;

2.6. A diversidade de itens a serem adquiridos, como bolas, redes, cones, colchonetes, coletes, bambolês, apitos, entre outros, exige a seleção de fornecedores por meio de processo licitatório que assegure economicidade, legalidade, impessoalidade e transparência, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas.

2.7. Considerando o interesse público, o atendimento à legislação vigente e a necessidade de garantir meios adequados para o pleno desenvolvimento das atividades esportivas, justifica-se a abertura do processo licitatório para aquisição dos materiais esportivos em questão.

3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

3.1. O estudo técnico preliminar que serviu de fundamento para a elaboração deste termo de referência encontra-se anexo aos autos do processo

4. DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVO

4.1. A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do art. 29º da Lei nº 14.133.

4.2. A adoção do registro de preços enquadra-se nas hipóteses previstas nos incisos I do art. 38º do Decreto Municipal nº 099/2023.

4.2.1. O Registro de Preços Corporativo deve ser adotado em virtude dos benefícios da economia de escala, a ser obtida em razão de um quantitativo maior a ser licitado, bem como a agilidade nas aquisições e a redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para

os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município, resultando em uniformidade das especificações e, consequentemente, menores custos de propriedade).

5. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

5.1. Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

6. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.1. A empresa a ser contratada deverá ser aquela que oferecer o menor preço por ITEM, modo de disputa: **ABERTA**.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação possuem valor máximo total aceitável de **R\$ 299.625,70 (duzentos e noventa e nove mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta centavos)**.

7.2. Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Termo de Referência deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade. Havendo prorrogação, renovar-se-ão os saldos/quantidades originalmente registrados.

9. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

9.1. A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

I. Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

II. Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

9.2. Os documentos relacionados no subitem 9.1., para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.

9.3. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado às Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5. prazo para regularização de documentos que se trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e qualificação econômica-financeira.

9.6. A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 9.4. deste Termo de Referência, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogação da licitação.

9.7. Na presente licitação será assegurada, a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

9.7.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.7.2. O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

10.1. A empresa deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste, e deverá conter:

10.2.1. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

10.2.2. O valor unitário e global do ITEM que deseje concorrer, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

10.2.3. Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

10.3. A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

10.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.4.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste.

10.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste.

10.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

10.7. O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste.

10.8. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.9. Incumbirá à empresa acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

10.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

10.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

10.12. Não será aceito proposta com quantitativos inferiores ao máximo descrito neste Termo de Referência.

11. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3.1. O objeto do presente Termo de Referência será recebido:

- a)** Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com a especificação constante no Termo de Referência;
- b)** Definitivamente, pelo gestor após a conferência, verificação da especificação, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

11.3.2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora/Contratada.

11.3.3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

12. DOS PRAZOS DA ENTREGA.

12.1. O prazo para entrega do objeto do presente Termo de Referência será de até **15 (quinze) dias úteis**, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

12.1.1. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) constantes no Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da solicitação.

12.1.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: **Central de Abastecimentos, localizada na Rua Artur da Silva Correia nº 44, Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe - PE, no horário de 07:00h às 12:00h, de segunda à sexta-feira.**

13.DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR A PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA:

13.1. Sob pena de desclassificação, a empresa deverá anexar junto aos documentos de habilitação o(s) documento(s) abaixo relacionado(s):

13.1.1. **A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, deverá apresentar seus CATÁLOGOS, contendo todas as especificações técnicas pertinentes aos objetos.**

14.DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. A contratada obriga-se a:

14.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18, 23, 24 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);

14.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, conforme o prazo do subitem 12.1.1 os produtos com avarias ou defeitos;

14.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria, inerentes ao objeto deste Termo de Referência;

14.1.5. Comunicar à Secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14.1.7. Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, tais como condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e para a contratação;

14.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

14.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, ENTREGA e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

14.1.10. Possibilitar a Secretaria, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

14.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município, a suas Secretarias e/ou aos demais Fundos ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento desta;

14.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

14.1.13. Comunicar por escrito eventual atraso e anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando para tantas razões justificadoras a serem apreciadas pela Secretaria.

14.1.14. Não transferir sob nenhum pretexto sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

14.1.15. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone;

14.1.16. Responsabilizar-se com todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas, etc.

14.2. A Contratante obriga-se a:

14.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

14.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.2.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

14.2.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada a terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.DA HABILITAÇÃO

15.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

15.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no banco nacional de compras, e ainda nos seguintes cadastros:

15.2.1. Possuir Cadastro no **BNC (Banco Nacional de Compras)**;

15.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

15.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

15.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

15.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.2.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.2.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

15.2.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **Banco Nacional de Compras**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

15.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Banco Nacional de Compras**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

15.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

15.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

15.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.8. Para fins de habilitação a este Pregão, deverá à licitante detentora da melhor oferta, encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas contadas da solicitação emitida via chat pelo Pregoeiro, os documentos abaixo relacionados:

15.8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.8.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.8.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

15.8.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.8.1.4. Documento oficial de identificação que contenha foto do representante do licitante;

15.8.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

15.8.1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.8.1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

15.8.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

15.8.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

15.8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

15.8.2.1. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

15.8.2.2. **CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

15.8.2.3. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.8.2.4. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

15.8.2.5. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.8.2.6. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

15.8.2.7. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

15.8.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

15.8.3.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 - TCU Plenário);

15.8.3.1.1. As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos - 1º e 2º grau), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 15.8.3.1.

15.8.3.2. **Balanco Patrimonial**

15.8.3.2.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

15.8.3.2.2. O balanço deverá ser registrado na entidade competente e também assinado pelo Administrador da Empresa e pelo Contador;

15.8.3.2.3. O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento, extraídos do livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, nas condições de apresentação do balanço patrimonial;

15.8.3.2.4. As microempresas, as empresas de pequeno porte e as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento, nos termos da Resolução CFC nº 1.330/11.

15.8.3.2.5. Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme autoriza o art. 78 -A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

15.8.3.2.6. Serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

15.8.3.2.6.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas:

- Publicados em Diário Oficial;
- Publicados em jornal de grande circulação;
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.3.2.6.2. por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta

Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.3.2.6.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 05 de dezembro de 2006 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.3.2.6.4. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

15.8.3.2.6.5. Fundações:

- Fotocópia do livro diário, inclusive com os Termos de Abertura e encerramento, devidamente registrado em cartório;
- Atestado de Regularidade junto ao Ministério Público (Prestação de Contas);
- Atestado de regularidade e aprovação de contas, relativo ao último exercício social emitido pela Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, ou órgão similar, da sede do licitante.

15.8.3.2.7. Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

15.8.3.2.8. Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

Índice de Liquidez Corrente

$ILC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$

Índice de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

15.8.3.2.9. Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

15.8.3.2.10. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o Município de Santa Cruz do Capibaribe se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes;

15.8.3.2.11. Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura.

15.8.3.2.12. Os documentos referidos no subitem 15.8.3.2.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

15.8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

15.8.4.1. Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente, no mínimo **20%** da quantidade total do(s) item(ns) que tenha apresentado o menor lance ou similar a este, permitindo-se o somatório de atestados ou certidões, comprovando a boa qualidade do fornecimento, para o(s) licitante(s) que apresentar(em) a(s) menor(es) proposta(s) para(os) item(ns) **24 e 25**.

15.8.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

15.8.5.1. ANEXO ao EDITAL – MODELOS DE DECLARAÇÕES CONJUNTAS - cumprimento de requisitos normativos;

15.8.5.2. ANEXO ao EDITAL – Dados comerciais para elaboração de contrato;

15.8.6. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.8.7. Caso as microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentem alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no

prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.8.8. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, as microempresas, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, apresentar alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.8.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.8.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

15.8.11. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

15.8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.8.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15.9. Caso haja algum documento ausente e que se refira à condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, este haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro ainda na sessão, obedecendo o prazo estabelecido pelo pregoeiro. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).

15.9.1. O disposto previsto no art. 64, da Lei 14.133/2021, reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).

15.10. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município de Santa Cruz do Capibaribe convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

15.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos neste Pregão.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM

16.1. A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura por meio de seu(sua) Secretário(a):

16.2. A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

16.3. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos contratos que dela se originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

16.3.1. Os fiscais designados serão:

- **Secretaria De Educação E Cultura: a Sr^a. Maria José Guimarães de Oliveira**, inscrito no CPF: [REDACTED]
- **Secretaria Municipal De Esportes, Juventude e Lazer: o Sr. Edivilson Olinda Xavier**, inscrito sob CPF: nº [REDACTED]

16.3.1.1. Os fiscais serão designados para fiscalizar e acompanhar a execução dos Contratos na forma do que dispõe o art. 104, III c/c art. 117, ambos da Lei n. 14.133/21, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento do objeto e de tudo dará ciência a Administração.

16.3.1.2. Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa

responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

16.4. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços/Contratos, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativo/Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.5. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços Corporativo e dos contratos que dela se originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada.
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços Corporativo/Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativo/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

17.MEDIDAS ACAUTELADORAS

17.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

18.DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, de acordo com as condições previstas na Ata de Registro de Preço.

18.2. O **PROPONENTE VENCEDOR** terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **PROPONENTE VENCEDOR** durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro e sua equipe.

18.3. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato de fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo órgão gerenciador, no total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo o órgão gerenciador negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

18.3.1. A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pelo Município, bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.

18.3.1.1. O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria, para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

18.3.1.1.1. O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do Município de Santa Cruz do Capibaribe tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

18.3.2. Caso não ocorra o pagamento da multa, a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a com o Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o município pelos prejuízos resultantes, não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) meses.

18.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

18.5. As comunicações entre o município e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

19. RECEBIMENTO DAS NOTAS DE EMPENHO

19.1. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

19.2. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20. DO PAGAMENTO

20.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

20.1.1. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da Administração.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.

20.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

21.ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

21.1. No interesse do Órgão gerenciador o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

21.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

21.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

22.SANÇÕES

22.1. As sanções aplicáveis e os procedimentos a serem observados serão os previstos nos artigos 82 ao 91 do decreto municipal nº 099/2023 e nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, no que couber, respeitados a ampla defesa e contraditório.

22.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

22.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

22.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

22.1.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

22.1.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.13. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

22.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);

22.4. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII do art. 156 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei).

22.6. Multa

22.6.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.

22.6.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato.

22.6.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.

22.6.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

22.6.5. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

22.6.6. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

22.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

22.8. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

22.9. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

22.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021)

22.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

22.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.14. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

22.14.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

22.14.2. As peculiaridades do caso concreto;

22.14.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

22.14.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

22.14.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

22.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com

poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

22.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

22.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 27 de fevereiro de 2026.

Cleciana Alves De Arruda
Secretária Municipal De Educação
017/2025

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de **MATERIAL ESPORTIVO** destinados aos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos abaixo:

MATERIAL ESPORTIVO

ITEM	RESUMO DA DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	APITOS PROFISSIONAL	APITO PROFISSIONAL (COM CORDÃO), INDICADO P/ AUXÍLIO NA PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, POTÊNCIA SONORA DE APROXIMADAMENTE 115 DECIBÉIS DE AMPLA SONORIDADE, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, EM FORMATO ANATÔMICO, NA COR PRETO. ACOMPANHA: CORDÃO EM FIO 100% POLIÉSTER. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	40	R\$ 33,05	R\$ 1.322,00
2	BAMBOLÊS	BAMBOLÊ CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (POLIETILENO OU POLIPROPILENO), ATÓXICO, FLEXÍVEL E DURÁVEL, INDICADO PARA ATIVIDADES RECREATIVAS, EDUCATIVAS E DE DESENVOLVIMENTO MOTOR. DEVE POSSUIR FORMATO CIRCULAR UNIFORME, SEM EMENDAS APARENTES, REBARBAS OU PARTES CORTANTES, GARANTINDO SEGURANÇA NO MANUSEIO POR CRIANÇAS. DIÂMETRO APROXIMADO DE 60 A 70 CM, COM VARIAÇÃO ADMITIDA DE $\pm 5\%$. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS E VIVAS. PRODUTO LEVE, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO E ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	1.000	R\$ 6,37	R\$ 6.370,00
3	BOLA VÔLEI DE PRAIA	BOLA VÔLEI DE PRAIA - DESTINADA AO USO ESCOLAR E RECREATIVO, ADEQUADA ÀS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES PEDAGÓGICAS. CONFECCIONADA EM MATERIAL	UNIDADE	110	R\$ 175,45	R\$ 19.299,50

		SINTÉTICO RESISTENTE (PU, PVC OU MATERIAL EQUIVALENTE), COM SUPERFÍCIE MACIA E IMPERMEÁVEL, APROPRIADA PARA USO EM QUADRAS EXTERNAS E EM AREIA. DEVE POSSUIR CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA DE 66 A 68 CM E PESO ENTRE 260 E 280 G, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm 5\%$. ESTRUTURA COMPOSTA POR GOMOS COLADOS OU COSTURADOS, COM CÂMARA INTERNA EM BORRACHA BUTÍLICA, GARANTINDO BOA RETENÇÃO DE AR. PRODUTO RESISTENTE À UMIDADE, ABRASÃO E EXPOSIÇÃO SOLAR, EM CORES VARIADAS E CONTRASTANTES, QUE FACILITEM A VISUALIZAÇÃO E O USO POR ALUNOS. DEVE APRESENTAR ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS OU PARTES QUE OFEREÇAM RISCO AOS USUÁRIOS. A MARCA DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS EXIGIDOS PELA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
4	BOLA VÔLEI	BOLA DE VÔLEI OFICIAL, ALTA MACIEZ, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA, PU, MÁXIMA PERFORMANCE. PESO ENTRE 260g – 280g. DIÂMETRO ENTRE 65cm – 67cm. CÂMARA: AIRBILITY, MIOLO: SLIP SYSTEM - REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. A MARCA DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS TÉCNICOS EXIGIDOS PELA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	120	R\$ 114,61	R\$ 13.753,20
5	BOLAS BASQUETE	BOLA DE BASQUETE CONFECCIONADA EM LAMINADO: BORRACHA. CONSTRUÇÃO: VULCANIZADA. CÂMARA: 6D. SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO. MIOLO: CÁPSULA SIS, INDICADA PARA USO ESCOLAR E RECREATIVO, ADEQUADA PARA QUADRAS INTERNAS E EXTERNAS. DEVE POSSUIR MIOLO REMOVÍVEL, PERMITINDO MANUTENÇÃO E MELHOR RETENÇÃO DE AR. CÂMARA INTERNA EM BORRACHA BUTÍLICA, GARANTINDO PRESSÃO UNIFORME E MENOR PERDA DE AR. SUPERFÍCIE COM CANALETAS	UNIDADE	110	R\$ 101,35	R\$ 11.148,50

		PROFUNDAS E BEM DEFINIDAS, PROPORCIONANDO MELHOR ADERÊNCIA E CONTROLE DA BOLA DURANTE O MANUSEIO. CIRCUNFERÊNCIA E PESO COMPATÍVEIS COM O TAMANHO OFICIAL CORRESPONDENTE À CATEGORIA ESCOLAR (TAMANHO 6 OU 7), CONFORME NECESSIDADE DO ÓRGÃO CONTRATANTE, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm 5\%$. PRODUTO COM QUIQUE REGULAR E BALANCEAMENTO ADEQUADO, RESISTENTE AO IMPACTO E À ABRASÃO, PRÓPRIO PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTE ESCOLAR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
6	BOLAS FUTEBOL ADULTO	BOLAS FUTEBOL ADULTO PROFISSIONAL, EM LAMINADO DE PU, COM 11 GOMOS, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA DE 68cm – 70cm. CONTENDO SELO DE QUALIDADE “A”, A MARCA DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS TECNICOS EXIGIDOS PELA FIFA. COMPOSIÇÃO: EM PU ULTRA 100%. PESO APROXIMADO: 410g – 450g. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	150	R\$ 160,42	R\$ 24.063,00
7	BOLAS FUTSAL ADULTO	BOLAS FUTSAL ADULTO PROFISSIONAL, COM 8 GOMOS, TAMANHO APROXIMADO: 55cm -58cm. PESO APROXIMADO: 350g -380g, DE 1º QUALIDADE, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100% TERMOTEC, COM NEO GEL, VÁLVULA SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. CONTENDO SELO DE QUALIDADE “A”, A MARCA DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS TECNICOS EXIGIDOS PELA FIFA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	150	R\$ 108,65	R\$ 16.297,50
8	BOLAS FUTSAL INFANTIL	BOLAS FUTSAL INFANTIL - DESTINADA AO USO ESCOLAR INFANTIL, INDICADA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES RECREATIVAS. CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE (PU, PVC OU MATERIAL EQUIVALENTE), COM SUPERFÍCIE MACIA, PROPORCIONANDO MELHOR CONTROLE E SEGURANÇA DURANTE O USO POR CRIANÇAS. DEVE POSSUIR CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA DE 55 A 57 CM E PESO ENTRE 350 E 380 G,	UNIDADE	150	R\$ 89,98	R\$ 13.497,00

		COMPATÍVEL COM O PADRÃO INFANTIL, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm$ 5%. ESTRUTURA COMPOSTA POR GOMOS COSTURADOS, COM CÂMARA INTERNA EM BORRACHA BUTÍLICA, ASSEGURANDO ADEQUADA RETENÇÃO DE AR E MENOR QUIQUE, CARACTERÍSTICO DA MODALIDADE FUTSAL. PRODUTO RESISTENTE AO USO CONTÍNUO, COM ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS OU PARTES QUE OFEREÇAM RISCO AOS USUÁRIOS, EM CORES VARIADAS QUE FACILITEM A VISUALIZAÇÃO. A MARCA DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS TECNICOS EXIGIDOS PELA FIFA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
9	BOLAS HANDEBOL H2	BOLAS HANDEBOL H2 OFICIAL, CONFECCIONADA EM PU ULTRA GRIP, APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL, CONTENDO CAMERA AIRBILITY, MIOLO SUSTENTÁVEL SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADA, COSTURADA, CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 54cm – 56cm, E PESO ENTRE 330g – 370g. A MARCA DEVERÁ ATENDER AOS REQUISITOS TECNICOS EXIGIDOS PELA CBHb. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	120	R\$ 144,61	R\$ 17.353,20
10	BOMBAS DE AR PARA ENCHER BOLAS	BOMBAS DE AR PARA ENCHER BOLAS - CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. CONTENDO QUATRO TIPOS DE BICOS E UM EXTENSOR FLEXÍVEL. MATERIAL: PLÁSTICO. PESO APROXIMADO DE 100g. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	80	R\$ 41,80	R\$ 3.344,00
11	CONES AGILIDADES	CONE DE AGILIDADE CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE (POLIETILENO OU MATERIAL EQUIVALENTE), FLEXÍVEL E DURÁVEL, INDICADO PARA ATIVIDADES ESCOLARES, AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, TREINAMENTO MOTOR E PRÁTICAS RECREATIVAS. DEVE POSSUIR ALTURA APROXIMADA DE 23 CM, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm$ 5%. PRODUTO LEVE, ESTÁVEL E DE FÁCIL MANUSEIO, COM BASE ADEQUADA PARA APOIO EM DIFERENTES SUPERFÍCIES, GARANTINDO SEGURANÇA DURANTE	UNIDADE	1.000	R\$ 4,78	R\$ 4.780,00

		O USO. ACABAMENTO LISO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS E VIVAS, QUE FACILITEM A VISUALIZAÇÃO DURANTE AS ATIVIDADES. ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
12	CORDA DE PULAR COM CABO	CORDA DE PULAR COM CABO - FEITA COM FIO DE AÇO REVESTIDOS COM MATERIAL DE PVC FORTE, MATERIAL DO PEGADOR EM PLÁSTICO PVC REVESTIDO DE ESPUMA EMBORRACHA. DIMENSÕES DO CABO: 3M DE COMPRIMENTO DE 2MM DE DIÂMETRO. CORDA COM APROXIMADAMENTE 3 METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	1.000	R\$ 15,63	R\$ 15.630,00
13	DISCO DEMARCATÓRIO	DISCO DEMARCATÓRIO, TIPO PRATO CHINÊS, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO FLEXÍVEL E RESISTENTE (POLIETILENO OU MATERIAL EQUIVALENTE), INDICADO PARA DEMARCAÇÃO DE ESPAÇOS, CIRCUITOS E ATIVIDADES MOTORAS EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS RECREATIVAS ESCOLARES. DEVE POSSUIR DIÂMETRO APROXIMADO DE 18 A 20 CM E ALTURA APROXIMADA DE 4 A 5 CM, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm 5\%$. PRODUTO DE PERFIL BAIXO, LEVE E EMPILHÁVEL, GARANTINDO SEGURANÇA E REDUZINDO RISCOS DE TROPEÇOS. ACABAMENTO LISO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS E VIVAS, QUE FACILITEM A VISUALIZAÇÃO. ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	1.000	R\$ 3,38	R\$ 3.380,00
14	ESCADAS DE AGILIDADE	ESCALA DE AGILIDADE DESTINADA AO USO ESCOLAR, INDICADA PARA ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO MOTORA, VELOCIDADE, EQUILÍBRIO E CONDICIONAMENTO FÍSICO EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS RECREATIVAS. CONFECCIONADA COM DEGRAUS EM PLÁSTICO RESISTENTE E TIRAS LATERAIS EM FITA DE NYLON OU MATERIAL EQUIVALENTE, GARANTINDO FLEXIBILIDADE E	UNIDADE	100	R\$ 53,84	R\$ 5.384,00

		DURABILIDADE. DEVE POSSUIR COMPRIMENTO APROXIMADO DE 4 A 6 METROS, COM LARGURA APROXIMADA DE 40 A 50 CM, COMPOSTA POR DEGRAUS PLANOS E AJUSTÁVEIS, ESPAÇADOS DE FORMA UNIFORME, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm$ 5%. PRODUTO LEVE, PORTÁTIL E DE FÁCIL MONTAGEM E TRANSPORTE. ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES. ADEQUADA PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
15	FITAS DE MARCAÇÃO PARA VÔLEI DE PRAIA 8X16M	FITAS DE MARCAÇÃO PARA VÔLEI DE PRAIA - DESTINADO À DEMARCAÇÃO DE QUADRA DE VÔLEI DE PRAIA PARA USO ESCOLAR E RECREATIVO, NAS DIMENSÕES OFICIAIS REDUZIDAS DE 8 X 16 METROS. CONFECCIONADAS EM FITA DE POLIÉSTER, NYLON OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE À UMIDADE, TRAÇÃO E EXPOSIÇÃO AO SOL. DEVE POSSUIR LARGURA APROXIMADA DE 5 CM, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm$ 5%, COM COSTURAS REFORÇADAS E ILHÓS OU PONTOS DE FIXAÇÃO NOS CANTOS E EXTREMIDADES, PERMITINDO ANCORAGEM SEGURA AO SOLO. PRODUTO LEVE, FLEXÍVEL, DE FÁCIL INSTALAÇÃO E REMOÇÃO, EM CORES CONTRASTANTES QUE FACILITEM A VISUALIZAÇÃO SOBRE A AREIA. ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES EXTERNOS E USO CONTÍNUO EM ATIVIDADES ESCOLARES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	25	R\$ 96,95	R\$ 2.423,75
16	FLUTUADORES AQUÁTICOS (MACARRÃO)	FLUTUADOR AQUÁTICO TIPO "MACARRÃO", DESTINADO A ATIVIDADES AQUÁTICAS ESCOLARES, RECREAÇÃO, INICIAÇÃO ESPORTIVA E EXERCÍCIOS DE ADAPTAÇÃO AO MEIO LÍQUIDO. CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIETILENO OU MATERIAL EQUIVALENTE, LEVE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E RESISTENTE À ÁGUA. DEVE POSSUIR COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,65 M, DIÂMETRO APROXIMADO DE 6,5 CM, LARGURA DE 6,5 CM, SEM FURO CENTRAL, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm$ 5%. PRODUTO COM BOA CAPACIDADE DE	UNIDADE	100	R\$ 8,67	R\$ 867,00

		FLUTUAÇÃO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES, ADEQUADO PARA USO POR CRIANÇAS E ADULTOS. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS E VIVAS. INDICADO PARA USO EM PISCINAS E AMBIENTES AQUÁTICOS, COM RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. <i>EXCLUSIVO PARA ME/EPP.</i>				
17	JOGO 3 EM 1 XADREZ, DAMA E GAMÃO – WESTERN – COLORIDO	JOGO 3 EM 1 XADREZ, DAMA E GAMÃO – WESTERN – COLORIDO POSSUINDO TABULEIRO DOBRÁVEL DE DIMENSÕES APROXIMADAS 24 cm x 24 cm. 32 (TRINTA E DUAS) PEÇAS DE XADREZ, 30 (TRINTA) PEÇAS DE DAMAS/GAMÃO E 3 (TRÊS) DADOS. COMPOSIÇÃO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA. <i>EXCLUSIVO PARA ME/EPP.</i>	UNIDADE	200	R\$ 30,27	R\$ 6.054,00
18	JOGO DE DOMINÓ	JOGO DE DOMINÓ - CONTENDO 28 PEÇAS, TIPO DOMINÓ PROFISSIONAL, MATERIAL DAS PEÇAS EM OSSO PURO, TIPO PEÇAS PADRÃO PARA JOGOS PROFISSIONAIS. TAMANHO DA PEDRA EM TORNO DE 5cm x 2,5 cm x 1cm (C x L x E). CONTENDO 28 PEÇAS DUPLAS COM NUMERAÇÃO DE 0 A 6 E ACOMPANHANDO UMA MALETA. <i>EXCLUSIVO PARA ME/EPP.</i>	UNIDADE	200	R\$ 24,00	R\$ 4.800,00
19	KIT BADMINTON REDE + 4 RAQUETES + 3 PETECAS DE NYLON – ATHI	KIT BADMINTON - COMPOSTO POR 4 RAQUETES DE BADMINTON, 3 PETECOS DE NYLON, 1 JOGO DE REDE (REDE E POSTES) E 1 BOLSA DE ARMAZENAMENTO. COMPOSIÇÃO DAS RAQUETES: AÇO PESO E MEDIDAS COR: PRETO E LARANJA, PESO APROXIMADO DA RAQUETE: 115G DIMENSÕES APROXIMADAS DA RAQUETE: 66 X 20 X 3CM. <i>EXCLUSIVO PARA ME/EPP.</i>	KIT	40	R\$ 165,82	R\$ 6.632,80
20	KIT CARTÃO AMARELO E VERMELHO	KIT CARTÃO - COMPOSTO POR 01 CARTÃO AMARELO E 01 CARTÃO VERMELHO, DESTINADO AO USO ESCOLAR EM ATIVIDADES ESPORTIVAS, AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E JOGOS RECREATIVOS, PARA FINS PEDAGÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DAS PARTIDAS. CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO INJETADO, RESISTENTE E DURÁVEL, COM ACABAMENTO LISO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES. CARTÕES DE FORMATO RETANGULAR PADRÃO, COM	KIT	40	R\$ 17,42	R\$ 696,80

		DIMENSÕES APROXIMADAS DE 11 X 8 CM, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm$ 5%. PRODUTO LEVE, DE FÁCIL MANUSEIO E ALTA VISIBILIDADE, ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
21	KIT NATAÇÃO	KIT NATAÇÃO - TOUCA MEDIDAS 25CM X 18CM. ÓCULOS NATAÇÃO BASIC, GÊNERO: UNISSEX INDICADO PARA O DIA A DIA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	KIT	200	R\$ 43,43	R\$ 8.686,00
22	TATAME	TATAMES DESTINADO À PRÁTICA DE JUDÔ EM AMBIENTE ESCOLAR, INDICADO PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. TATAMES CONFECCIONADOS EM EVA (ETILENO-VINIL-ACETATO) OU MATERIAL EQUIVALENTE, ATÓXICO, ANTIDERRAPANTE, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA AOS USUÁRIOS. CADA PEÇA DEVE POSSUIR DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2,00 M X 1,00 M, COM ESPESSURA DE 30 MM, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm$ 5%. SISTEMA DE ENCAIXE TIPO PUZZLE OU SIMILAR, GARANTINDO ESTABILIDADE E FÁCIL MONTAGEM. SUPERFÍCIE LISA OU LEVEMENTE TEXTURIZADA, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. INDICADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	80	R\$ 103,66	R\$ 8.292,80
23	KITS TÊNIS DE MESA	KITS TÊNIS DE MESA - DESTINADO À PRÁTICA DE TÊNIS DE MESA EM AMBIENTE ESCOLAR, INDICADO PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES RECREATIVAS. COMPOSTO POR 02 RAQUETES, 03 BOLAS E 01 REDE. RAQUETES CONFECCIONADAS EM MADEIRA OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM REVESTIMENTO EM BORRACHA EM AMBOS OS LADOS, PROPORCIONANDO ADERÊNCIA E CONTROLE ADEQUADOS AO USO PEDAGÓGICO. BOLAS CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM DIÂMETRO PADRÃO APROXIMADO DE 40 MM, PRÓPRIAS PARA USO RECREATIVO E	KIT	30	R\$ 65,92	R\$ 1.977,60

		ESCOLAR. REDE CONFECCIONADA EM NYLON OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO AJUSTÁVEL, COMPATÍVEL COM MESAS OFICIAIS OU SIMILARES. PRODUTO ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO, COM ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES, INDICADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
24	MESAS DE FUTMESA	MESA DE FUTMESA (FUTEBOL DE MESA) DESTINADA AO USO ESCOLAR, RECREATIVO E ESPORTIVO, INDICADA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E PRÁTICAS ESPORTIVAS COLETIVAS. CONFECCIONADA COM TAMPO EM MDF DE 15 MM DE ESPESSURA, COM SUPERFÍCIE E TAMPO BIBARTIDO, COM ANGULAÇÃO CENTRAL E REVESTIDA COM ADESIVO DE ALTA RESOLUÇÃO, RESISTENTE AO DESGASTE POR IMPACTO E ATRITO, GARANTINDO ADEQUADA DURABILIDADE E DESEMPENHO DURANTE O USO CONTÍNUO. DEVE POSSUIR DIMENSÕES APROXIMADAS, QUANDO ABERTA, DE 1,52 M DE LARGURA X 2,75 M DE COMPRIMENTO X 0,80 M DE ALTURA, ADMITIDA VARIAÇÃO DE ATÉ $\pm 5\%$. A ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO DEVERÁ SER FABRICADA EM METALON OU AÇO TUBULAR, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ACABAMENTO EM PINTURA PU OU SIMILAR, ASSEGURANDO RESISTÊNCIA MECÂNICA, ESTABILIDADE E PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CONJUNTO DEVE APRESENTAR PESO BRUTO APROXIMADO DE 40 KG POR LADO, CONFERINDO ROBUSTEZ E FIRMEZA AO EQUIPAMENTO DURANTE A UTILIZAÇÃO. O PRODUTO DEVE POSSUIR ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS, ARESTAS CORTANTES OU PARTES QUE OFEREÇAM RISCO AOS USUÁRIOS, BEM COMO BOA ESTABILIDADE SOBRE O PISO. INDICADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS OU COBERTOS, DEVENDO	UNIDADE	22	R\$ 2.041,45	R\$ 44.911,90

		SER FORNECIDO COMPLETO, MONTADO OU COM SISTEMA DE MONTAGEM SIMPLIFICADO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, SENDO RECOMENDADO POSSUIR GARANTIA MÍNIMA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
25	MESAS DE TÊNIS DE MESA	MESA DE TÊNIS DE MESA DESTINADA AO USO ESCOLAR, RECREATIVO E ESPORTIVO, INDICADA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES PEDAGÓGICAS. DEVE POSSUIR DIMENSÕES OFICIAIS PADRÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,74 M DE COMPRIMENTO X 1,52 M DE LARGURA X 0,76 M DE ALTURA, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm 5\%$. CONFECCIONADA COM TAMPO EM MDF OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM ESPESSURA COMPATÍVEL COM O USO CONTÍNUO, PROPORCIONANDO SUPERFÍCIE DE JOGO PLANA, REGULAR E COM QUIQUE UNIFORME. ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO EM AÇO OU METALON, COM PINTURA ANTICORROSIVA, GARANTINDO ESTABILIDADE, RESISTÊNCIA MECÂNICA E DURABILIDADE. O CONJUNTO DEVE APRESENTAR ACABAMENTO SEGURO, SEM REBARBAS, ARESTAS VIVAS OU PARTES QUE OFEREÇAM RISCO AOS USUÁRIOS. PRODUTO ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS, DEVENDO SER FORNECIDO COMPLETO, COM SISTEMA DE APOIO ESTÁVEL, PODENDO INCLUIR REDE CONFORME PADRÃO DO FABRICANTE, E COM RESISTÊNCIA COMPATÍVEL AO USO CONTÍNUO EM AMBIENTE ESCOLAR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	30	R\$ 999,50	R\$ 29.985,00
26	PARES DE REDES BASQUETE	PAR DE REDES PARA BASQUETE, TIPO CHUÁ, DESTINADO AO USO ESCOLAR, RECREATIVO E ESPORTIVO, INDICADO PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS ESPORTIVAS. CONFECCIONADAS EM FIO DE SEDA COM ESPESSURA APROXIMADA DE 4 MM, GARANTINDO BOA RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E ADEQUADO EFEITO SONORO CARACTERÍSTICO DURANTE A PASSAGEM DA BOLA. AS REDES	PAR	30	R\$ 36,15	R\$ 1.084,50

		DEVEM POSSUIR FORMATO E DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM AROS DE BASQUETE PADRÃO, PERMITINDO ENCAIXE SEGURO E FÁCIL INSTALAÇÃO. PRODUTO RESISTENTE AO USO CONTÍNUO E ÀS INTEMPÉRIES, COM ACABAMENTO UNIFORME, SEM FALHAS DE TECELAGEM OU PARTES SOLTAS, ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. <i>EXCLUSIVO PARA ME/EPP.</i>				
27	PARES DE REDE FUTEBOL	PAR DE REDES PARA FUTEBOL DESTINADO AO USO ESCOLAR, RECREATIVO E ESPORTIVO, INDICADO PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS ESPORTIVAS. CONFECCIONADAS EM FIO RESISTENTE COM ESPESSURA APROXIMADA DE 4 MM, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO IMPACTO DA BOLA E AO USO CONTÍNUO. AS REDES DEVEM POSSUIR MALHA E DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM TRAVES DE FUTEBOL PADRÃO, PERMITINDO ENCAIXE SEGURO E FÁCIL INSTALAÇÃO. MENDINDO APROXIMADAMENTE 7,5 X 2,5 METROS. PRODUTO ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES, COM ACABAMENTO UNIFORME, SEM NÓS SOLTOS, FALHAS DE TECELAGEM OU PARTES QUE OFEREÇAM RISCO AOS USUÁRIOS. <i>EXCLUSIVO PARA ME/EPP.</i>	PAR	15	R\$ 414,79	R\$ 6.221,85
28	PARES REDE FUTSAL	PAR DE REDES PARA FUTSAL DESTINADO AO USO ESCOLAR, RECREATIVO E ESPORTIVO, INDICADO PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICAS ESPORTIVAS. CONFECCIONADAS EM FIO DE SEDA COM ESPESSURA APROXIMADA DE 4 MM, PROPORCIONANDO BOA RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E ACABAMENTO ADEQUADO AO USO CONTÍNUO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 3,0 X 2,0 METROS. AS REDES DEVEM POSSUIR MALHA E DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM TRAVES DE FUTSAL PADRÃO, PERMITINDO ENCAIXE SEGURO E FÁCIL INSTALAÇÃO. PRODUTO	PAR	40	R\$ 213,02	R\$ 8.520,80

		ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, RESISTENTE AO IMPACTO DA BOLA E ÀS CONDIÇÕES USUAIS DE USO, COM ACABAMENTO UNIFORME, SEM NÓS SOLTOS, FALHAS DE TECELAGEM OU PARTES QUE OFEREÇAM RISCO AOS USUÁRIOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
29	PRANCHAS DE NATAÇÃO	PRANCHA DE NATAÇÃO DESTINADA AO USO ESCOLAR E RECREATIVO, INDICADA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, INICIAÇÃO ESPORTIVA E ATIVIDADES AQUÁTICAS. CONFECCIONADA EM ESPUMA DE EVA OU MATERIAL EQUIVALENTE, LEVE, RESISTENTE, ATÓXICA E COM BOA CAPACIDADE DE FLUTUAÇÃO. DEVE POSSUIR DIMENSÕES APROXIMADAS DE 35 CM DE COMPRIMENTO X 23 CM DE LARGURA X 3 CM DE ESPESSURA, COM PESO LÍQUIDO APROXIMADO DE 250 G, ADMITIDA VARIAÇÃO DE $\pm 5\%$. PRODUTO COM FORMATO ERGONÔMICO, BORDAS ARREDONDADAS E ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES, GARANTINDO SEGURANÇA E CONFORTO DURANTE O USO. ADEQUADA PARA USO EM PISCINAS E AMBIENTES AQUÁTICOS, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADE	50	R\$ 32,99	R\$ 1.649,50
30	REDE PARA VÔLEI 10 X 1M	REDE PARA VÔLEI - MEDIDAS DE 1x10m. REDE CONFECCIONADA COM FIO 2,5mm DE ESPESSURA. 100% POLIETILENO (NYLON), VIRGEM, DE ALTA DENSIDADE. FIO COM TRATAMENTO ULTRA VIOLETA (UV) – TRATAMENTO QUE PROTEGE A REDE CONTRA AÇÃO DO TEMPO, SOL, CHUVA, SERENO E MARESIÁ. MALHA DE 10X10cm (ESPAÇO ENTRE NÓS – “GOMOS”), 04 FAIXAS (LONA), 100%, COSTURAS DE LINHA DE NYLON, COM FIO GUIA DENTRO DAS FAIXAS PARA PASSAR O CABO DE AÇO. REDE CONFECCIONADA DE ACORDO COM AS REGRAS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL (CBV). EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PAR	40	R\$ 150,05	R\$ 6.002,00
31	RELOGIO PARA XADREZ	RELOGIO PARA XADREZ ANALOGICO PRETO - MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA	UNIDADE	30	R\$ 173,25	R\$ 5.197,50

	ANALOGICO PRETO	RESISTÊNCIA E PINO METÁLICO, DIMENSÕES E PESO: DESIGN COMPACTO COM 16 CM DE COMPRIMENTO, 5CM DE LARGURA, E 9CM DE ALTURA, PESANDO APENAS 0,41KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.				
VALOR TOTAL:						R\$ 299.625,70

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 299.625,70 (duzentos e noventa e nove mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta centavos).

2. EXIGÊNCIAS

2.1. O(s) **MATERIAL ESPORTIVO** deverá(ão) estar acondicionado(s) de forma compatível à sua integridade e conservação e transportado(s) adequadamente.

2.2. A empresa vencedora será responsável pelo transporte do objeto deste Termo de Referência, de seu estabelecimento até o(s) local(ais) determinado(s) pelo Município para entrega, como também, será responsável pelo seu descarregamento.

2.3. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal de venda para cada Ordem de Fornecimento enviada, onde conste, no mínimo, o nome do produto, sua marca, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

2.4. Os itens devem estar acondicionados em embalagem original e intacta, com data de fabricação e de validade visível.

2.5. O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

2.6. Após a adjudicação, nenhum dos produtos oferecidos, poderá ser substituído por outros de outras marcas, salvo por produtos de qualidade comprovadamente igual ou superior e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Secretaria de Educação, também de forma expressa.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 27 de fevereiro de 2026.

Cleciara Alves De Arruda
Secretária Municipal De Educação
017/2025